



*Câmara Municipal da Estância Turística de
Olímpia*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

CONTRATANTE

Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cessão de direito de uso por tempo determinado de um sistema de gestão de processos e compilação da legislação municipal para a câmara municipal da estância turística de olímpia.

ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 64.885,44

DATA DA SESSÃO

15/07/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Às 09h do dia 15 de Julho de 2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Valor Global

MODO DE DISPUTA

Aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADA

Sim

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

NÃO serão necessariamente consideradas as descrições dos itens licitados contidas no sistema do Comprasnet SIASG, prevalecendo somente as descrições contidas no Edital, bem como no Termo de Referência.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026** **(Processo Administrativo nº 11/2026)**

Editais nº 02/2025

Torna-se público que a Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP, com sede na Avenida Aurora Forti Neves, nº 867 - Praça João Fossalussa - Centro, Olímpia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.359.818/0001-36, por intermédio de seu presidente **FLÁVIO AUGUSTO OLMOS**, realizará licitação para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cessão de direito de uso por tempo determinado de um sistema de gestão de processos e compilação da legislação municipal para a Câmara Municipal de Olímpia, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, conforme especificações do **Anexo I** deste Edital. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 1490/2026, bem como será regido pela [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Resolução nº 217/2023](#) da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, [Instrução Normativa nº 73/2022](#) e demais disposições correlatas e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Link da Resolução nº 217/2023:

[https://legislacaodigital.com.br/Olimpia- SP/Resolucoes/217-2023](https://legislacaodigital.com.br/Olimpia-SP/Resolucoes/217-2023)

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cessão de direito de uso por tempo determinado de um sistema de gestão de processos e compilação da legislação municipal para a Câmara Municipal de Olímpia, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada pelo **menor valor global**.

2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do Pregão Eletrônico EXCLUSIVAMENTE as empresas enquadradas como MICROEMPRESAS – “ME” e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – “EPP”, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, que



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

satisfaçam as condições do edital cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal de Compras do Governo Federal. (<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>).

2.2.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no Portal de Compras do Governo Federal, até o segundo dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou unidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7 . O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 .A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no Edital.

3.4. Na fase de habilitação, o licitante declarará, através da declaração única presente no Anexo V, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento da declaração presente no Anexo VI, e encaminhá-la exclusivamente através do site <https://www.comprasnet.gov.br>, conforme item 3.

4.2. O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Os valores propostos deverão ser de forma unitária (com aproximação de, no máximo, duas casas decimais), e neles estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, conforme modelo de declaração presente no Anexo VI.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. O julgamento será feito levando-se em conta o **MENOR VALOR GLOBAL**.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**ABERTO**”.

5.8. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema.

5.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação.

5.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.9.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.9.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a vinte minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.16.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.16.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.5. – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:

5.16.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.16.5.2. Empresas brasileiras;

5.16.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.16.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22. A Proposta adequada ao último lance ofertado e eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados, deverão ser



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

encaminhados no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

5.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 – DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.3. Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal;

6.1.4. Cadastro de empresas apenadas, pelo site do TCESP <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>, publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de consideração de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.1 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na [Instrução Normativa nº 73/2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o art. 34 da [Instrução Normativa nº 73/2022](#).

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. No caso de ser adotado o critério de julgamento menor preço por lote, será considerado sobrepreço a superação do valor do lote do valor orçado pela Administração, bem como a superação do valor unitário orçado, ainda que nesse caso o valor do lote seja inferior.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da execução no objeto.

6.11. Nos casos em que as propostas apresentarem indícios de inexequibilidade, a



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

administração poderá promover diligências para a verificação de inexequibilidade, bem como poderá exigir do licitante a apresentação de justificativas e comprovações adicionais que demonstrem a adequada formação de preços.

6.12. Na hipótese prevista no item anterior, será assegurado ao licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da respectiva demonstração, prorrogável por igual período.

7 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), serão exigidos os seguintes documentos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Certidão de débitos tributários NÃO inscritos na Dívida Ativa Estadual (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado), relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão NEGATIVA de Débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual (Procuradoria Geral do Estado), relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos Municipais (Mobiliário) da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF – Certidão de Regularidade do FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- h) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso;
- i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- j) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e artigo 63, inciso IV da Lei 14.133/2021;
- k) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

l) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;

m) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

n) Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

o) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, em especial os descritivos dos itens;

p) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

q) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

r) Declaração de atendimento às regras e normas ABNT, na legislação específica;

s) Declaração de que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da autorização de fornecimento serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;

t) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

u) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

v) Balanço Patrimonial e Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. O licitante deve apresentar o Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios sociais. Caso a empresa tenha sido constituída num prazo inferior a este período, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. Todos os documentos apresentados devem estar assinados por contabilista responsável com registro ativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

7.2. As certidões poderão ser emitidas pelo Agente de Contratação no momento da verificação da regularidade da empresa que ofertou a proposta mais vantajosa, podendo ainda solicitar documentação complementar, via e-mail e com prazo de resposta.

7.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

7.4. As declarações exigidas poderão ser apresentadas através de declaração única (Anexo V - Modelo de Declarações).

7.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação feita por servidor público da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, ou outro meio legal.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Compras.gov.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Serão aceitos apenas os documentos exigidos para habilitação que tenham sido enviados e cadastrados no Compras.gov.br.

7.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da [Lei 14.133/21](#), para:

7.15. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 – DO CONTRATO

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital certificada e disponibilizado no sistema, ou de forma presencial, no endereço: Avenida Aurora Forti Neves, nº 867, Olímpia/SP, CEP 15400-057, de segunda a sexta-feira das 08h às 17h.

8.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

9 – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

<https://www.camaraolimpia.sp.gov.br/licitacao/lista/2026/categoria/21/pregao-eletronico/>

10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação.

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1., 10.1.2. e 10.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4., 10.1.5., 10.1.6., 10.1.7. e 10.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1., 10.1.2. e 10.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3., irá caracterizar o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e respectivo Edital.

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

11 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, por meio eletrônico, na forma prevista neste edital.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, através do endereço eletrônico licitacao@camaraolimpia.sp.gov.br.

11.3.1. Eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados através do endereço eletrônico: licitacao@camaraolimpia.sp.gov.br ou mediante protocolo no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Olímpia, na Avenida Aurora Forti Neves, 867, Patrimônio São João Batista, CEP 15400-057, Olímpia/SP, de segunda a sexta-feira das 08h às 17h, em dias úteis, até o horário da data limite.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. A vigência da presente contratação será de 12 meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste, podendo ser prorrogado, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O objeto contratual deverá ser iniciado após a emissão da respectiva Ordem de Serviço, sendo que a empresa contratada deverá cumprir com todas as obrigações e com todos os serviços especificados no Termo de Referência em até 30 dias corridos contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.3. Serão designados pela Contratante os representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Ato da Presidência nº 26/2023, da Câmara Municipal de Olímpia, especialmente para acompanhar e



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

12.4. O Setor responsável pela demanda do objeto em tela terá o encargo de realizar o recebimento e verificação dos serviços, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

I - Definitivamente, após a verificação da entrega e da consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;

II - Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência.

13 – DA PROVA DE CONCEITO

13.1. Não será aceita proposta da licitante que tiver sua Prova de Conceito reprovada, ou que não a realizar no prazo estabelecido.

13.2. A Prova de Conceito destina-se a permitir que a Câmara Municipal de Olímpia se certifique sobre a efetiva adequação entre o objeto oferecido pelo licitante em sua proposta e as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Trata-se, portanto, usualmente, de análise de amostra realizada nas licitações para contratação de soluções de tecnologia da informação.

13.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar no certame deverá comprovar, por meio de Prova de Conceito (POC), que atende aos requisitos constantes no Anexo VII - Prova de Conceito, sob pena de desclassificação.

13.4. A Prova de Conceito deverá ser iniciada em no máximo 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da convocação para sua realização, em data agendada entre as partes.

13.5. Participarão da Prova de Conceito: representantes da licitante classificada e a equipe técnica da Câmara Municipal de Olímpia. Também poderão participar quaisquer interessados, na condição de ouvintes.

13.6. Dentro do prazo estipulado, pelos seus próprios meios, a LICITANTE deverá disponibilizar videoconferência para a Prova de Conceito da solução, disponibilizando a solução que será fornecida em plenas condições operacionais para demonstração e avaliação.

13.7. A Prova de Conceito consistirá na apresentação da solução à Câmara Municipal de Olímpia, permitindo a averiguação prática das características da solução ofertada e sua real compatibilidade com os requisitos dispostos neste Termo de Referência.

13.8. A Prova de Conceito poderá ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Olímpia ou de forma remota utilizando-se aplicativo de videoconferência que não gere custos extras ao órgão público.

13.9. O hardware e o software básico (servidor de banco de dados, servidor de aplicação etc.) utilizados serão os da LICITANTE, a fim de que a solução seja avaliada em ambiente o mais



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

próximo possível do real, possibilitando, assim, a verificação dos requisitos tecnológicos. Também, todos os demais componentes de hardware e software da solução necessários para a realização da Prova de Conceito são de inteira responsabilidade da LICITANTE melhor colocada. Todos os custos relativos à Prova de Conceito ficarão a cargo da LICITANTE, a qual não terá direito a qualquer indenização, inclusive no caso de ser reprovada.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. NÃO serão consideradas as descrições dos itens licitados contidas no sistema do Comprasnet SIASG, prevalecendo somente as descrições contidas no Edital, bem como no Termo de Referência.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.camaraolimpia.sp.gov.br/licitacao/lista/2026/categoria/21/pregao-eletronico/>

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

14.12.1.1. ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar;

14.12.2. ANEXO II – Minuta de Contrato;

14.12.3. ANEXO III – Termo de Ciência e de Notificação;

14.12.4. ANEXO IV – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal;

14.12.5. ANEXO V – Modelo de Declarações;

14.12.6. ANEXO VI – Modelo de Proposta Comercial;

14.12.7. ANEXO VII – Prova de Conceito

Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, 19 de maio de 2026.

FLÁVIO AUGUSTO OLMOS
Presidente



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cessão de Direito de Uso por Tempo Determinado de um Sistema de Gestão de Processos e Compilação da Legislação Municipal para a Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, pelo período de 12 (doze) meses.

Este objeto contempla:

- Licença de uso por tempo determinado de um Sistema para Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se o suporte, customizações, atualizações de versão e backup na nuvem, por doze meses.
- Implantação, conversão de dados, customização do sistema e treinamento dos usuários.
- Conversão da base de dados da Compilação de Leis
- Indexação dos processos por até 5 campos
- Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta Web e atualização das novas normas publicadas, por doze meses

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Legislativa da Câmara Municipal desempenha funções essenciais relacionadas à organização, tramitação e publicidade das atividades legislativas, sendo responsável pelo processamento das proposições legislativas, acompanhamento do processo legislativo, bem como pela compilação e disponibilização da legislação municipal para consulta pública.

Diante dessas atribuições, verifica-se a necessidade de contratação de solução tecnológica especializada destinada à gestão do processo legislativo eletrônico e à compilação da legislação municipal, de modo a possibilitar maior eficiência, organização e transparência no desempenho das atividades institucionais.

A Câmara Municipal já dispõe de um banco de dados digital contendo registros legislativos acumulados ao longo dos anos, motivo pelo qual se torna indispensável a utilização de sistema informatizado capaz de suportar tais informações, possibilitando sua adequada organização, armazenamento, consulta e atualização.

A implementação de sistema informatizado voltado à gestão legislativa proporciona relevantes benefícios à Administração Pública, dentre os quais se destacam: organização dos fluxos de trabalho, maior controle e rastreabilidade dos processos



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

legislativos, aumento da produtividade dos servidores, maior segurança da informação e facilidade na localização e consulta de documentos e registros legislativos.

Para que tais benefícios sejam plenamente alcançados, faz-se necessária a migração dos registros eletrônicos já existentes para o novo sistema, garantindo a preservação do acervo legislativo digital da Câmara Municipal, bem como a implementação de funcionalidades compatíveis com as rotinas de trabalho da Secretaria Legislativa, mediante o emprego de tecnologias atualizadas, seguras e eficientes.

Ressalta-se, ainda, que todos os dados inseridos e gerados no sistema constituem patrimônio informacional da Contratante, devendo ser assegurada a plena propriedade e acesso a esses registros, mesmo após eventual término da vigência contratual com a empresa contratada.

A ausência da contratação comprometeria diretamente o funcionamento das atividades da Secretaria Legislativa, ocasionando prejuízos à organização do processo legislativo, à gestão documental e a publicidade das informações institucionais, afetando, conseqüentemente, a regularidade e continuidade dos serviços públicos prestados por esta Casa Legislativa.

A contratação da licença de uso com suporte técnico garante a continuidade da operação do sistema e a resolução de eventuais falhas durante sua utilização. As atualizações de versão são necessárias para assegurar a adequação tecnológica da plataforma e realização de possíveis melhorias em atendimento a alterações normativas e operacionais. As customizações visam adequar a solução às rotinas específicas da Câmara Municipal, respeitando sua estrutura administrativa, fluxo documental e procedimentos internos. O backup em nuvem é indispensável para garantir a recuperação de informações institucionais em caso de falhas operacionais ou perda de dados.

A implantação da solução é fundamental para configuração inicial do ambiente, e disponibilização do sistema em condições adequadas de uso, ao passo que a conversão de dados visa preservar o histórico documental existente, evitando perda de informações produzidas pela Câmara Municipal ao longo dos anos. O treinamento dos usuários é indispensável para promover a correta utilização da ferramenta e assegurar o aproveitamento integral dos recursos disponibilizados pelo sistema.

A conversão da base de dados legislativa existente, assim como a conversão de dados, é necessária para preservar o patrimônio informacional da Câmara Municipal. A indexação dos processos permite pesquisas rápidas e precisas no acervo documental, sendo possível a busca de informações por diferentes critérios de pesquisa, reduzindo o tempo gasto na localização de informações e aumentando a eficiência das atividades administrativas e legislativas.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

A compilação da legislação municipal proporciona acesso a textos legais atualizados, íntegros e organizados, de forma a consolidar as alterações promovidas pelas normas posteriores. A disponibilização das normas em sistema de consulta web amplia a transparência administrativa, facilita o acesso da população, vereadores, servidores e órgãos de controle à legislação vigente e contribui para o princípio constitucional da publicidade.

Nos termos dos princípios da eficiência, da transparência e da continuidade do serviço público, bem como em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, resta plenamente caracterizada a necessidade da contratação pretendida.

3. DESCRITIVO

Item	Descrição	Estimativa de preço mensal	Estimativa de preço anual
1	Licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, backup em nuvem e treinamento dos usuários	R\$ 4.517,19	R\$ 54.206,28
2	Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas	R\$ 889,93	R\$ 10.679,16
Estimativa de preço global		R\$ 64.885,44	

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 8.543/2022 de Olímpia e Resolução nº. 217/2023 da Câmara Municipal de Olímpia.

4. DA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO DOS USUÁRIOS;

4.1 O processo de disponibilização dos sistemas, nas estações de trabalho, deverá ser efetuado de forma padronizada e parametrizada, onde a criação e configuração dos valores de acesso aos bancos de dados deverão estar embutidas nas aplicações;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- 4.2 O sistema deve permitir a adaptação às necessidades da contratante, por meio de parametrizações e/ou customizações;
- 4.3 As customizações referentes que trata ao item anterior, deverá seguir as seguintes condições:
- 4.4 Customizações referentes a erros de programas, os quais impedem o perfeito funcionamento dos sistemas.
- 4.5 Customizações referentes a mudanças de legislações que obriguem a mudança de novas funcionalidades.
- 4.6 As implementações de novas funcionalidades deverão sempre ser autorizadas junto ao corpo técnico da Contratante, após análise dos envolvidos e junto à empresa licitante para início da solicitação.
- 4.7 Funcionamento em rede, com servidor dedicado.
- 4.8 A contratada deverá disponibilizar suporte presencial na sede da Contratante durante todo o processo de levantamento para migração, customização, implantação e outras tarefas que acharem necessárias;
- 4.9 Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser feito em conjunto com os funcionários da Contratante, incluindo os técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação, para todos os itens a serem adaptados pelo licitante;
- 4.10 Providenciar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas contratados. Isto requer o efetivo envolvimento do licitante para adaptação do formato dos dados antigos a serem convertidos e seus relacionamentos;
- 4.11 Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas do banco de dados, utilizando os meios disponíveis na Contratante. A Câmara fornecerá acesso ao banco de dados para a migração e/ou conversão dos dados antigos.
- 4.12 Esta implantação exige que sejam realizados treinamentos essenciais à compreensão do usuário para a tecnologia que está sendo implantada e facilitar a Gestão da Mudança na Contratante.
- 4.13 O treinamento ocorrerá em horário comercial na sede da Contratante, para todos servidores envolvidos, sendo de responsabilidade da contratante a disponibilização do espaço, com mesas e cadeiras, acesso à internet;
- 4.14 Para os serviços de implantação, conversão e treinamento o prazo contará a partir da assinatura do contrato, devendo ser executado dentro de 30 (trinta) dias.
- 4.15 Além do treinamento a contratada disponibiliza interface e suporte aos usuários dos sistemas.
- 4.16 As informações geradas no **sistema** são de propriedade da Contratante.

5. DO SISTEMA DE PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

5.1.1 O sistema pode ser composto por módulos desde que atenda aos requisitos de funcionalidades e que estejam no mesmo ambiente tecnológico conforme descrito neste anexo e que sejam fornecidos por um único proponente. Em qualquer dos casos os módulos devem ser integrados entre si e trocarem informações conforme solicitado neste instrumento.

5.2.1 O sistema deve atender o controle das funções das áreas legislativas da Câmara Municipal como, expediente, protocolo, arquivo, gabinete dos vereadores, departamento administrativo, departamento legislativo e outros requisitos técnicos que sejam importantes para este processo.

5.2. AMBIENTE TECNOLÓGICO

5.2.1 Deverão ser executados no ambiente tecnológico da informação usado, e planejado, ao qual estarão perfeitamente compatibilizados, ainda que condicionados à instalação, pelo adjudicatário, de sistema básico complementar:

5.2.2 O sistema deverá ser compatível com os ambientes tecnológicos da contratante.

5.2.3 Utilizar banco de dados relacional, padrão SQL, com licença de uso gratuita.

5.2.4. Nas estações de trabalho clientes, o sistema operacional será a Microsoft Windows 10 ou superior, padrão tecnológico adotado pela Contratante;

5.2.5. Para os módulos WEB, a Contratante disponibiliza as soluções através de sistema compatível;

5.2.6. Os navegadores (browsers) compatíveis com as aplicações WEB deverão ser o MS Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome e suas respectivas versões superiores.

5.3. BACKUP E RECUPERAÇÃO DE DADOS

5.3.1. O sistema deverá permitir a realização de backups dos dados de forma on-line (com o banco de dados em utilização);

5.3.2. A contratada deverá realizar backups dos dados de forma automática, agendadas no servidor de dados conforme estudo de necessidade realizado na implantação do sistema;

5.4. ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA

5.4.1. Deverão ser disponibilizadas as atualizações através da Internet e de forma automatizada, deverão ser repassadas automaticamente aos sistemas das estações de trabalho cliente, de forma que estes não necessitem a execução das



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

atualizações com o login de Administrador local do Windows;

5.4.2. A atualização deverá ter efeito imediato na funcionalidade, sem a necessidade de reinício do sistema operacional da máquina cliente ou do servidor de dados;

5.4.3. Disponibilizar comunicados na inicialização do sistema aos usuários, após as atualizações, informando quais os recursos implementados na nova versão;

5.4.4. Sempre disponibilizar a versão mais recente do sistema instalado na Câmara Municipal;

5.5. CARACTERIZAÇÃO OPERACIONAL

5.5.1. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas. Os dados transcritos pelos usuários deverão ser imediatamente validados e o efeito da transação deverá ser imediato;

5.5.2. O sistema legislativo deverá permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse.

5.5.3. (Habilitação das teclas “enter”, “tab” e “hot-keys”);

5.6. SEGURANÇA DE ACESSO E RASTREABILIDADE

5.6.1. As tarefas deverão ser acessíveis especificamente através de permissão de uso somente a usuários autorizados. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso (somente consulta ou também atualização dos dados);

5.6.2. Quanto ao acesso aos dados, o gerenciador deverá oferecer mecanismos de segurança que impeçam usuários não autorizados de efetuar consultas ou alterações em alguns dados de forma seletiva;

5.6.3. As autorizações ou desautorizações, por usuário, grupo ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito imediato;

5.6.4. O sistema deverá permitir a customização dos menus de acesso às funcionalidades, podendo atribuí-los a grupos ou usuários específicos.

5.6.5. As transações devem ficar registradas permanentemente (LOG) com a indicação do usuário, data, hora exata, hostname e endereço IP. O sistema



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

deverá exibir como era a informação antes da alteração e como ficou depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior;

5.7. INTERFACE GRÁFICA

5.7.1. Para melhorar a assimilação inicial de usuários novatos, as telas das tarefas deverão fornecer ajuda automática ao usuário na medida em que ele navega pelos campos do formulário, sem necessidade de se recorrer ao 'Help on-line';

5.8. SUPORTE DO SISTEMA

5.8.1. O suporte técnico deverá ser por telefone, conexão remota ou deslocamento dos técnicos da proponente ao local da prestação dos serviços caso seja possível à solução sem a presença ou deslocamento imediato ou agendado do funcionário da entidade à Câmara Municipal, conforme necessário;

5.8.2. Manutenção in loco quando solicitado para possíveis correções ou alterações necessárias;

5.8.3. Tickets (suporte): permite ao usuário emitir tickets descrevendo sugestões e problemas relacionados ao sistema diretamente ao suporte da empresa e acompanhar o status, o andamento e o prazo de conclusão do ticket.

5.8.4. O serviço de Manutenção e Suporte Mensal de Software ocorrerá pelo período de 12 (doze) meses, durante toda a vigência do contrato;

5.8.5. Neste período, a empresa contratada deverá efetuar os serviços de manutenção preventiva e realizar customizações de software, de acordo com as necessidades da contratante. As manutenções preventivas deverão ser previamente agendadas com as áreas envolvidas e preferencialmente executadas fora do horário comercial, interferindo assim o mínimo possível na execução dos trabalhos dos departamentos/gabinetes;

5.8.6. O software fornecido deverá ter garantias contra erros e inconsistências, além de suporte técnico, nas seguintes condições:

5.8.7. A empresa contratada deve oferecer suporte telefônico em português, funcionando em dias úteis e em horário comercial, para abertura de chamados técnicos, sendo atendido no idioma PORTUGUÊS, para sanar as dúvidas relacionadas aos serviços prestados e para atendimento de manutenções de urgência (críticas) e normais, customizações, etc.

5.8.8. O prazo para abertura dos chamados técnicos de qualquer natureza deverá ser imediato, dentro do regime de atendimento estabelecido. A partir do



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

momento da abertura, o prazo para resolução dos chamados técnicos de natureza de urgência (críticas) deverá ser de até 4 h (quatro horas) úteis. A partir do momento da abertura, o prazo para resolução dos chamados técnicos de natureza normal deverá ser de até 24 h (vinte e quatro horas) úteis. Customizações deverão ter prazo de resolução acordado com as áreas envolvidas. Apenas o atendimento telefônico não contará como resolução do problema. Todos os chamados deverão ser formalizados via e-mail ou sistema de registro de chamados fornecido pela Contratada, gerando um número de protocolo ou OS (ordem de serviço) para acompanhamento da ocorrência. O não cumprimento dos prazos de resolução listados deverão obrigatoriamente ser justificados mediante relatórios técnicos e enviados às áreas envolvidas.

5.8.9. A contratada deverá refazer ou corrigir, sem ônus adicionais para a contratante, erros que possam ser constatados após a implantação do software obedecendo aos prazos de resolução citados no item anterior;

5.8.10 O Software deverá possuir garantia de atualizações de versão pelo período de vigência do contrato.

5.9. REQUISITOS GERAIS EXIGIDOS

5.9.1. Os módulos web de consultas externas e o de protocolo eletrônico deverão ser plataforma web e seguir os padrões W3C, HTML5 / CSS e WCAG2;

5.9.2. Deverá ser desenvolvido seguindo os princípios de acessibilidade preconizados pela Lei federal de acessibilidade (Lei nº 10 098, de 19 de dezembro de 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

5.9.3. Deverá contar com teclas de acesso para navegação em todo conteúdo. Este recurso permite acesso a todas as informações do site através do teclado, desta forma, a combinação de teclas definida no sistema faz com que pessoas com deficiência (visuais ou motoras) tenham acesso rápido às principais áreas deste portal;

5.9.4. Deverá possuir controle do contraste da página, este recurso possibilita uma melhor visualização do conteúdo para pessoas com deficiência visual e/ou com baixa visão.

5.9.5. Deverá possuir botões que controlam o tamanho das letras, este recurso possibilita a melhoria na leitura de grandes blocos de texto na tela do computador;

5.9.6. Deverá utilizar tecnologia para redimensionamento de sua resolução



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

automaticamente, podendo ser utilizado em PCs, Notebooks, Tablets ou Smartphones;

5.10 DESCRIÇÃO DO SISTEMA

- 5.10.1 Cadastro de Comissões: Registro de dados pertinentes às comissões internas permanentes e temporárias da Câmara Municipal, contendo os seguintes campos: tipo de Comissão (permanente ou temporária) sigla, nome, atribuição, observações, situação, membros e seus cargos/funções, prazo de vigência, matérias de sua autoria e relatórios de trabalho;
- 5.10.2 Cadastro das Bancadas: Registro de dados pertinentes às bancadas, contendo os seguintes campos: membros e respectivos cargos/funções (lideranças e membros), situação, matérias de sua autoria, data da eleição, período de mandato, observações;
- 5.10.3 Cadastro de Mesa: registro de dados pertinentes à Mesa Diretora, contendo os seguintes campos: membros e seus respectivos cargos/funções, situação, data da eleição, período de mandato, matérias de sua autoria, observações;
- 5.10.4 Cadastro de Legislaturas: registro de dados pertinentes às legislaturas, contendo os seguintes campos: número da legislatura, data de início e de término do mandato, membros (Vereadores, Comissões, Mesa Diretora, Prefeito, Bancadas), matérias de sua autoria, número de votos, data de posse e titularidade (posse direta ou através de suplência);
- 5.10.5 Cadastro do Vereador: registro de dados pertinentes aos vereadores, contendo os seguintes campos: nome oficial, nome parlamentar, partido, votação, nome dos assessores, legislaturas, matérias de sua autoria, cargo(s) /função (ões) ocupados nas comissões internas da Câmara e na Mesa Diretora, currículo (trajetória política), telefones, profissão, local de trabalho, e-mail, site, data de nascimento, grau de instrução e formação, estado civil, nº da cédula de identidade (RG), nº de inscrição no CPF/MF;
- 5.10.6 Cadastro de Prefeito: registro de dados pertinentes ao Prefeito Municipal, contendo os seguintes campos: nome oficial, apelido político (nome parlamentar), partido, matérias de sua autoria, votação, mandatos, telefones, profissão, local de trabalho, e-mail, site, data de nascimento, grau de instrução e formação, estado civil, nº da cédula de identidade (RG), nº de inscrição no CPF/MF;
- 5.10.7 Correspondentes: (Cadastro de entidades diversas) com possibilidade de impressão de relações, etiquetas e envelopes para mala-direta.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.10.8 Órgãos Internos: (Cadastro dos Setores Administrativos da Câmara Municipal);

5.10.9 Funcionários: cadastro com nome, setor e cargo.

5.11 MATÉRIAS

5.11.1. Cadastramento de documentos e sub documentos dos mais diversos tipos;

5.11.2. Campos disponíveis: número, assunto, data, autoria, tema, quórum, regime de tramitação e observações;

5.11.3. Opção para inclusão de diversos autores em um mesmo documento, escolhendo se são Autor, Coautor, Relator, Membro etc.

5.11.4. Permitir exclusões de cadastros de diversos documentos de uma só vez;

5.11.5. Permitir alterar a situação dos documentos em lote alterando diversos documentos de uma só vez

5.11.6. Permitir a geração de ofícios em lote automaticamente para encaminhamento de proposições lidas e aprovadas na sessão para os destinatários externos à Contratante, todos os dados devem ser importados do sistema e gerado automaticamente através de um documento pré-definido.

5.12 Legislação

5.12.1. Cadastro de toda a Legislação com opção de ser vinculada à outra que sofreu as alterações, inclusive entre tipos diferentes de normas, permitindo navegar entre as leis relacionadas;

5.12.2. Opção para destaque das principais normas, tanto de esfera municipal, como de esfera estadual ou federal;

5.12.3. Classificação de acordo com o tema (assunto), situação atual (vigência), publicação na imprensa oficial (data, veículo e página);

5.12.4. Possibilidade de vincular ao processo que deu origem a norma;

5.13 Sessões

5.13.1. Deve permitir ao usuário do sistema configurar a partir do tipo de documento da Sessão, tipo de proposição ou correspondência, sua situação e o trâmite, informando o envio da matéria para a Sessão e também gerar automaticamente os documentos que compõe a Pauta (Ordem do dia e Expediente), também permitir a alteração em tempo de execução da Sessão;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- 5.13.2. Gestão de frequência, inclusive sendo informadas mais de uma vez durante a sessão;
- 5.13.3. Disponibilizar a pauta eletronicamente através de intranet e internet.
- 5.13.4. Registrar a presença do vereador na Tribuna com opção para digitação do que foi falado;
- 5.13.5. Resumo de todas as sessões cadastradas e informações vinculadas à sessão em uma página de detalhes com o hiperlinks de cada documento vinculado;
- 5.13.6. Ata deve gerar o texto de forma corrida e automática, buscando todos os documentos e resultados das votações e deverá oferecer a possibilidade de modificação do layout da ata para o usuário escolher como essas informações colhidas no sistema deverão ser apresentadas;

5.14. Integração com o painel de votação

- 5.14.1. Permitir identificar o tipo de votação (nominal, simbólica, secreta, quórum, etc.) e quantidades de votos totais e nominais e apresentar o resultado final;
- 5.14.2. Registrar a presença do vereador na Tribuna e criar o resumo do uso;
- 5.14.3. Permitir votação em lote de documentos na mesma sessão, ou seja, colocando o mesmo re-sultado para vários documentos ao mesmo tempo;
- 5.14.4. Sistema deverá fornecer interface de integração com o Painel Eletrônico de Votação, através da geração e processamento de arquivos no formato adequado
- 5.14.5. O Sistema deverá exportar a lista dos vereadores que participarão da sessão plenária da Câmara. Esta lista deverá conter somente os vereadores em exercício na seleção automática e permitir também a seleção manual dos vereadores a serem exportados. As matérias a serem discutidas e votadas deverão ser exportadas a partir das matérias que fazem parte do documento da sessão, ou seja, as matérias que compõem a ordem do dia. Esta seleção deve permitir filtros por situação, regime, quórum, autoria, ementa, intervalos de data, número e ano.
- 5.14.6. Os arquivos exportados devem ser gravados em local específico, definido na configuração geral do Sistema, permitindo assim o processamento automático no Painel Eletrônico de Vo-tação.
- 5.14.7. A importação dos dados resultantes do processo eletrônico da sessão, gerados pelo Painel Eletrônico de Votação se dará de forma automática, ou



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

seja, sem a intervenção dos usuários do Sistema.

5.14.8. Os arquivos gravados em localização específica definida na configuração do sistema, serão importados imediatamente após serem gerados, disponibilizando os dados para consulta e/ou edição no Sistema.

5.14.9. Os arquivos devem conter todas as frequências dos vereadores durante a sessão, resultado e votos nominais das votações realizadas para cada matéria;

5.15 Modelos

5.15.1. Possibilidade de criar e disponibilizar textos pré-formatados para utilização posterior na elaboração de matérias e outros tipos de documentos, permitindo assim a padronização do cabeçalho, rodapé e conteúdo frequentemente utilizado;

5.15.2. Possibilidade de utilizar os campos cadastrados no sistema para o preenchimento automático dos modelos, por meio de variáveis que realizam o autopreenchimento e a substituição do conteúdo, conforme os dados informados nos campos dos documentos;

5.15.3. O sistema deverá permitir a criação e utilização de templates (modelos) para o preenchimento automático de documentos, matérias, proposições ou documentos administrativos. Ao iniciar um novo registro, o usuário poderá o assunto e, com base nisso, o sistema deverá preencher automaticamente os campos da tela e arquivos de texto conforme um modelo previamente configurado. Cada template poderá conter valores padronizados e definidos pelo usuário para cada campo, agilizando o processo de criação e garantindo a padronização das informações.

5.16 Protocolo

5.16.1. Permitir a protocolização de todos os documentos e permitir que o usuário tenha acesso aos detalhes do trâmite da matéria protocolada;

5.16.2. Permitir que os Vereadores elaborem os documentos, com acesso restrito, e enviem via internet.

5.16.3. O sistema deverá gerar numerações automáticas e lançar a informação no arquivo texto.

5.16.4. Deverá permitir o envio de múltiplos anexos em formatos diversos. Ex: docx, jpg, xlsx, pdf.

5.16.5. Permitir o recebimento dos documentos pela secretaria e análise de seu teor antes do protocolo.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.17 Trâmite das Matérias

- 5.17.1. Permitir cadastrar um trâmite a partir dos seguintes campos: Remetente, Destinatário, Data de envio, Data de prazo, Objetivo, Resultado e Complemento.
- 5.17.2. Controlar o prazo dos trâmites, informando a data de envio, prazo de permanência e saída do documento. O cálculo da Data Prazo deverá ocorrer de forma automática, informando apenas a quantidade de dias e serão úteis ou corridos. Caso sejam úteis, o sistema deverá pular finais de semana, feriados, pontos facultativos e recessos;
- 5.17.3. Permitir a geração de novos documentos a partir do cadastramento de um trâmite ou o vínculo de um documento já cadastrado no sistema ao trâmite de outro. Exemplo: vincular um ofício ao trâmite de um Projeto;
- 5.17.4. Permitir o trâmite de um documento a vários destinatários, gerando automaticamente o trâmite para os destinatários selecionados;
- 5.17.5. Permitir de diversos documentos a um mesmo destinatário, gerando automaticamente os trâmites para o destinatário selecionado;
- 5.17.6. Permitir trâmite de documentos em separado ou em conjunto com o documento principal do processo ao qual está vinculado. Exemplo: a Emenda ao Projeto de Lei poderá ter o trâmite dela ou fazer parte do trâmite do projeto;
- 5.17.7. Permitir o direcionamento de trâmites das matérias a partir das regras predefinidas onde estarão vinculados ao destinatário do envio e aos possíveis resultados. Exemplo: se um documento for encaminhado para uma comissão com o objetivo de exarar parecer, só poderá constar no resultado se o mesmo é favorável ou contrário e para qual destinatário poderá ser encaminhado a seguir;
- 5.17.8. Segurança na tramitação: somente o destinatário do trâmite, poderá dar o despacho ao trâmite e encaminhar para um novo usuário;
- 5.17.9. Consulta de documentos sigilosos diferenciada, onde o usuário terá acesso somente aos documentos que sejam de sua autoria ou que tramitaram por ele;
- 5.17.10. Layout de telas semelhante a um e-mail, onde o usuário visualiza os documentos encaminhados a ele em sua Caixa de Entrada e os enviados por ele nos Itens Enviados;

5.18 Pesquisa e Impressão



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- 5.18.1. Permitir pesquisa e impressão por tipo de documento, número, palavras (ementa e texto), período de datas, autor, processo, situação, podendo combinar mais de um campo também. Oferecer consulta por palavras baseadas em “expressão”, com ou sem caracteres especiais (“ç”, “~”, apóstrofes e outros), parte da palavra, plural e singular.
- 5.18.2. Gestão de prazos de documentos em trâmite que possibilite ao usuário saber quais são os prazos vencidos e os a vencer, utilizando como filtro os campos: tipo de documento, período de vencimento e destino de trâmite.
- 5.18.3. Quantidades de documentos apresentadas por autor, ano e tipo de documento.
- 5.18.4. Relação por Desempenho de autor, exibindo a quantidade de matérias aprovadas, retiradas, arquivadas, etc.
- 5.18.5. Relação agrupada por documento e por autor.
- 5.18.6. Relação de processo por período, listando todos os documentos que geraram processos, ordenando por número.
- 5.18.7. Visualização de todo o histórico de trâmite de processo, em uma só página, inclusive suas emendas, pareceres, autógrafo, protocolo, lei e outros cadastros relacionados.
- 5.18.8. Emissão de Etiquetas de Processos a partir do cadastro, listando os dados principais da Propositura, tais como: número, data, processo, assunto e autor.
- 5.18.9. Emissão de relatório de documentos que entraram na sessão organizado por tipo de documento e autor, exibindo seu número, ementa e situação;
- 5.18.10. Visualização e impressão de todos os detalhes de um processo, ex: cadastro principal, trâmites, dados de outros documentos que fazem parte do processo, votações, etc.
- 5.18.11. Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam gravados em disco, em formatos como PDF, XLS e DOCX ou outros, que permitam visualização posterior ou impressão, além de permitir a seleção e configuração da impressora local ou de rede disponível;
- 5.18.12. Os relatórios deverão permitir a inclusão do brasão da Câmara Municipal;
- 5.18.13. As pesquisas deverão ser por todos os campos que são apresentados no formulário, podendo informar 01(um) ou mais campos, por valor ou por faixa, consulta com exatidão, no início ou qualquer parte do valor informado, seleção



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

de registros não coincidentes com os valores pesquisados e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na listagem;

5.19 DIGITALIZAÇÃO DE TEXTOS

5.19.1. Permitir a inclusão de diversos documentos em anexo, nos formatos mais utilizados no mercado atual como: PDF, DOC, DOCX, HTML, XLS, XLSX, JPG, etc.;

5.19.2. Deve conter suporte à Assinatura Digital em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Gerar assinatura eletrônica para documentos do formato PDF utilizando a certificação digital tipo A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL no momento em que o usuário achar oportuno, eliminando, desta forma, a impressão dos mesmos em papel.

5.19.3. Possibilitar a emissão de Certificados Digitais do tipo A1, fora da hierarquia e da raiz certificadora da ICP-BRASIL, destinados aos funcionários internos, que possibilite o uso de assinatura digital em documentos internos;

5.19.4. Possibilidade de gerar automaticamente um único arquivo PDF com todos os arquivos textos de um processo, montando-o em ordem cronológica de data de inclusão no sistema. Exemplo: primeiro o Projeto de Lei, depois os pareceres, emendas, autógrafo, ofício e Lei. O sistema deverá gerar um relatório para cada trâmite que houver em formato PDF assinado digitalmente e inseri-lo junto no processo também obedecendo à ordem cronológica.

5.19.5. Gerar um código para cada documento certificado e disponibilizar pesquisa via Internet para confirmação de sua autenticidade;

5.19.6. Gerar código de barra bidimensional (QR Code) para os documentos certificados;

5.19.7. Gerar os textos para edição a partir do editor HTML de forma integrada, sem downloads ou uploads para edição;

5.19.8. Fornecer suporte a digitalização de documentos em formato PDF;

5.19.9. O sistema deverá realizar a indexação dos arquivos para consulta textual

5.19.10. Comunicar com um scanner para digitalização de documentos em formato PDF, salvando o arquivo automaticamente em seu banco de dados e com impressoras térmicas para impressão de etiquetas;

5.19.11. Permitir a inclusão em lote de arquivos externos, desde que estejam nomeados com seu número individualmente para que o sistema consiga



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

identificar e indexar automaticamente estes arquivos ao seu cadastro;

5.19.12. Permitir que o usuário do sistema publique textos ou dados cadastrais na consulta do site no momento que achar mais oportuno. Permitir publicar diversos documentos de uma só vez;

5.19.13. O sistema deverá possibilitar a conversão de arquivos docx/doc para pdf ou html.

5.20 Gestão documental

5.20.1. Permitir o registro por número de caixa, data de arquivamento, localização (corredor, armário, prateleira) e conteúdo;

5.20.2. Permitir o cadastramento das caixas de documentos, contendo, pelo menos, os seguintes campos:

a) número de caixa;

b) data de arquivamento;

c) localização (corredor, armário, prateleira, etc); e,

d) conteúdo (assunto).

5.20.3. Permitir numerar as caixas por setor;

5.20.4. Opção para adicionar documentos em lote nas caixas, ou seja, o usuário poderá consultar por período ou tipo de documento e adicionar o resultado da pesquisa na caixa, independentemente da quantidade de documentos encontrados;

5.20.5. Imprimir listagem com todas as caixas arquivadas em um certo ano;

5.20.6. Opção para adicionar nas caixas documentos já cadastrados no sistema com vínculo direto para visualização dos dados do documento e detalhes do processo;

5.20.7. Tabela de temporalidade:

5.20.7.1. Classificada no modelo funcional, conforme orientações do Arquivo Público do Estado de São Paulo;

5.20.7.2. Os Tipos de Documentos deverão conter o prazo de guarda e destinação, sendo que a temporalidade do arquivo corrente deverá possibilitar a indicação de término da vigência por parte do usuário, quando esta não for especificada em anos;

5.20.7.3. O sistema deverá informar, através de relatório, quais os documentos que devem ser descartados baseado na data de arquivamento e prazo de



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

guarda;

5.20.7.4. Também deverá gerar o Edital relacionando os documentos que deverão ser descartados, conforme modelo utilizado pela CONTRATANTE. No momento do descarte o sistema deverá registrar a data da ocorrência.

5.21. Consultas Externas

5.21.1. Disponibilizar as proposituras e todo o seu processo (trâmites, pareceres, votações, emendas, autógrafos, etc.) para consulta pelo site da Câmara;

5.21.2. Disponibilizar a Legislação Municipal e suas alterações;

5.21.3. Disponibilizar as Sessões realizadas, com hiperlink para o seu conteúdo;

5.21.4. Disponibilizar consulta por número, ano, data, bem como por intervalo de números, ano e data (período), assunto (ementa e texto), autor, processo, tipo de documento (ou múltiplos tipos), protocolo e tema.

5.22 Documentos Administrativos

5.22.1. O sistema deve permitir e gerenciar as Correspondências Recebidas, Atos da Mesa, Atos da Presidência, Circular, Comunicação, Imprensa, Instrução, Ofícios, Ordem de Serviços, Pedidos de Informações, Memorandos e outros serviços, além de permitir o cadastramento de outros documentos relacionados.

5.22.2. Possibilidade de gerar numeração de processo específica para processos administrativos.

6. DA COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

6.1. Levantamento e cadastro das seguintes normas municipais:

- a) Leis Ordinárias;
- b) Leis Complementares;
- c) Decretos Legislativos;
- d) Resoluções;
- e) Lei Orgânica Municipal e suas emendas;

6.1.1. O cadastramento das normas deverá ser feito mediante processo de



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

conversão da base de dados disponibilizado pela Contratante à empresa contratada.

6.1.2. Apresentação de relatório técnico contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) relação de normas cadastradas;
- b) relação de normas não disponibilizadas, incompletas e/ou ilegíveis; e,
- d) relação de normas compiladas e disponíveis para consulta na web.

6.1.3. Disponibilização das normas relacionadas no item 6.1 em formato compilado para consulta na web.

6.1.4. O software deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes campos de cadastro:

- a) número da norma;
- b) espécie normativa;
- c) data da promulgação;
- d) ementa;
- e) classificação temática;
- f) situação jurídica;
- g) alterações / referências; e,
- h) link para consulta ao respectivo projeto.

6.1.5. A situação jurídica mencionada deve ser atribuída de acordo com os seguintes critérios:

- a) não consta revogação expressa;
- b) revogada expressamente;
- c) declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn);
- d) declarada parcialmente inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn);
- e) eficácia suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn);
- f) declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF);
- g) declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF);



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

h) eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF); e,

i) vigência temporária e/ou eficácia prejudicada.

6.1.6. Prazo de execução para compilação: 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviços pela contratada.

7. DA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO PARA CONSULTA

7.1. A contratada deverá executar a atualização contínua da Legislação Municipal disponibilizada em formato digital, observados, no que couber, os critérios técnicos definidos no item 6, especialmente no que diz respeito ao cadastramento e compilação das mesmas.

7.2. A contratada deverá disponibilizar o texto compilado das normas municipais em formato html para consulta na web.

7.3. A digitação e formatação dos textos das normas municipais deverá observar os critérios estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, e especialmente o seguinte:

7.3.1. Apresentação dos dispositivos legais alterados ou revogados expressamente, utilizando o modo de apresentação tachado, com a apresentação, quando for o caso, da posterior redação logo abaixo, dada pela norma que a modificou;

7.3.2. Informação quanto ao tipo de modificação inserida na norma e a indicação do número e a data da norma que promoveu a alteração;

7.3.3. Criação de hiperlink sobre o dispositivo modificado ou incluído, para consulta do texto da norma que promoveu a alteração / inclusão;

7.3.4. Disponibilização dos textos em html em versão “consolidada”, exibindo o texto atualizado da norma, e versão “compilada”, exibindo todas as redações anteriores.

7.3.5. Apresentação dos dispositivos legais declarados inconstitucionais ou com eficácia suspensa temporariamente pelo Poder Judiciário em ADIn ou ADPF, utilizando o modo de apresentação tachado;

7.3.6. indicação do número do processo da ADIn ou ADPF em que resultou na declaração parcial ou integral de inconstitucionalidade ou na suspensão temporária da eficácia da norma;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- 7.4. As normas municipais editadas a partir da assinatura do contrato deverão ser cadastradas no software e disponibilizadas para consulta na web em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, pela contratada, do texto definitivo da norma em meio eletrônico (texto editável) e demais informações necessárias ao cadastro.
- 7.5. Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do software e da página de consulta na web;
- 7.6. Prestação de serviços de hospedagem da página de consulta na web;

8. DOS REQUISITOS DO SISTEMA DE CONSULTA WEB

8.1 Segurança:

- 8.1.1. Hospedagem em provedor sob responsabilidade da contratada, com sistema de backup automático e gravação de cópia de segurança
- 8.1.2. Datacenter de hospedagem deve viabilizar a segurança dos dados mediante proteção contra invasores.

8.2 Compatibilidade:

- 8.2.1. Visualização nos seguintes navegadores:

- a) Google Chrome;
- b) Mozilla Firefox;
- c) Safari;
- d) Opera; e,
- e) Microsoft Edge.

- 8.2.2. Utilizar banco de dados relacional;

- 8.2.3. Seguir as regras de desenvolvimento propostas pela W3C (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM), responsável por definir padrões para as respectivas áreas relacionadas à web, especialmente quanto aos padrões HTML5 e CSS3.

- 8.2.4. Permitir a normalização de todas as tabelas do aplicativo através de ID, ou seja, quando for alterado um dado de uma tabela que serve de referência para outras, estas deverão ser alteradas automaticamente;

- 8.2.5. utilização em ambiente web via internet, sem a necessidade de instalação nas estações, adequação de hardware ou software, devendo servir a um número ilimitado de usuários simultâneos.

8.3. Acessibilidade



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

8.3.1. O sistema informatizado deverá ser desenvolvido em consonância com os Princípios de Acessibilidade preconizados pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoas com Deficiência, e Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Lei de Acessibilidade, atendendo aos seguintes requisitos básicos:

8.3.2. atender às Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG – versão 2.0 – level “AA”);

8.3.3. O sistema informatizado deve ser submetido a avaliação de acessibilidade para websites, sem apresentar erros quando aplicado software verificador para atendimento às diretrizes constantes do subitem 4.3.1.1;

8.3.4. oferecer teclas de acesso para navegação em todo conteúdo, permitindo acesso a todas informações do sistema através do teclado;

8.3.5. possuir controle do contraste da página, possibilitando assim uma melhor visualização do conteúdo para pessoas com deficiência visual e/ou com baixa visão;

8.3.6. as páginas de conteúdo do sistema deverão possuir botões que controlam o tamanho das letras, possibilitando a melhoria na leitura de grandes blocos de texto.

8.4. Recursos do Sistema

O Sistema Informatizado de Consulta deverá oferecer aos seguintes recursos básicos:

8.4.1. Pesquisa Simples: apenas nos campos “Tipo” (espécie normativa), “nº da norma” e “ano”;

8.4.2. Pesquisa Textual: apenas nos campos “Tipo” (espécie normativa) e “Ementa/Assunto”, e no próprio texto da norma;

8.4.3. Pesquisa Avançada: através de todos os campos de cadastro, por intervalo de números e de datas, por palavras contidas no texto da norma, ou mesmo parte de palavras, com a aplicação dos conectores “e” / “ou”, com ou sem caracteres especiais (“ç”, “~” e acentos) e por campos de cadastro combinados.

8.4.4. A pesquisa por palavras deverá destacar a palavra encontrada na visualização do texto da norma;

8.4.5. A pesquisa deverá ignorar a diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas;

8.4.6. Geração de relatório de pesquisa e possibilidade de impressão e exportação dos respectivos resultados para o formato pdf;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

8.4.7. Ordenar o resultado da pesquisa pelos seguintes parâmetros:

- a) Data Decrescente;
- b) Data Crescente;
- c) Ano/Número Decrescente; e,
- d) Ano/Número Crescente.

8.4.8. Possibilidade de compartilhar os textos das normas, bem como o resultado de pesquisas, através de E-mail e, pelo menos, nas seguintes redes sociais: Facebook, Twitter e Whatsapp;

8.4.9. Destaque para lista das últimas normas cadastradas;

8.4.10. Destaque para lista com as normas mais acessadas;

8.4.11. A(s) alteração(ões) inserida(s) no texto norma por outra norma posterior deverá(ão) corresponder a uma versão em html da norma alterada, de forma que seja possível o versionamento da norma e a consulta do texto vigente em uma data específica;

8.4.12. Utilização de pesquisa facetada para aprimorar os resultados de pesquisas feitas no acervo legislativo municipal, permitindo a exibição de filtros na tela de consulta, para que o usuário possa optar pelos parâmetros que melhor lhe convierem para filtrar resultados.

8.4.13. Disponibilização de ferramenta para que o usuário possa fazer um cadastro simplificado e receber as normas municipais publicadas no sistema por e-mail (Sistema Push), assim como seguir determinada(s) norma(s) de seu interesse, recebendo por e-mail todas as alterações posteriores da referida norma, e ainda, favoritar normas para consulta em campo específico na página inicial.

8.4.14. O sistema não poderá conter propagandas e deverá ter a identificação da Contratante, juntamente com o brasão oficial do Município

8.5. Integração

8.5.1. O sistema de consulta deverá ser integrado ao Sistema de Gestão de Processo Legislativo Eletrônico.

8.5.2. As normas municipais compiladas devem, quando for o caso, ter link de acesso às informações do projeto que culminou com a aprovação do respectivo texto, constantes do Sistema de Gestão de Processo Legislativo Eletrônico.

8.5.3. A integração deverá se dar de forma automática e sincronizada, de forma que a norma compilada esteja disponível simultaneamente no Sistema de Gestão de Processo Legislativo Eletrônico.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

9. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação é de natureza comum e caracteriza-se como serviço contínuo, conforme o artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver bens com padrões de desempenho e qualidade definidos por especificações de mercado. Refere-se ao fornecimento contínuo de licença de uso de sistema integrado para gestão pública, item amplamente disponível e com características padronizadas entre fornecedores.

10. DAS NORMAS APLICÁVEIS:

10.1. A contratação será regida pelas regras constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 217/2023 da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia e demais disposições correlatas. Link da Resolução nº 217/2023: <https://legislacaodigital.com.br/Olimpia-SP/Resolucoes/217-2023>.

11. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

11.1. A vigência da presente contratação será de 12 meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste, podendo ser prorrogado, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A empresa contratada deverá cumprir com todas as obrigações e com todos os serviços especificados neste Termo de Referência em até 30 dias corridos contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

12.1. Serão designados pela Contratante os representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Ato da Presidência nº 26/2023, da Câmara Municipal de Olímpia, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

12.2. O Setor responsável pela demanda do objeto em tela terá o encargo de realizar o recebimento e verificação dos serviços, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

I - Definitivamente, após a verificação da entrega e da consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será realizado **mensalmente**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, subsequentes à apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

14.1. Será selecionado o fornecedor por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por **menor valor global**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Cumpre destacar que os serviços e funcionalidades pretendidos apresentam natureza interdependente, tendo em vista a necessidade de integração entre o sistema de gestão do processo legislativo e o sistema de consulta à legislação municipal. Dessa forma, a contratação com critério de julgamento pelo menor valor global, mostra-se a alternativa mais adequada, pois possibilita a integração das funcionalidades em uma única plataforma tecnológica, garantindo maior eficiência administrativa e evitando a coexistência de múltiplos sistemas que não se comunicam entre si.

14.2. No caso de empate, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do artigo 62, da Lei nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência.

15. HABILITAÇÃO:

15.1. Na fase de habilitação da licitação, serão observadas as seguintes disposições e será exigida a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Certidão de débitos tributários NÃO inscritos na Dívida Ativa Estadual (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado), relativo ao domicílio ou sede do licitante;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- d) Certidão NEGATIVA de Débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual (Procuradoria Geral do Estado), relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos Municipais (Mobiliário) da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF – Certidão de Regularidade do FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- h) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso;
- i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- j) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e artigo 63, inciso IV da Lei 14.133/2021;
- k) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- l) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;
- m) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- n) Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- o) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, em especial os descritivos dos itens;
- p) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

força de obrigação legal ou regulatória;

q) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

r) Declaração de atendimento às regras e normas ABNT, na legislação específica;

s) Declaração de que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da autorização de fornecimento serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;

t) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

u) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

v) Balanço Patrimonial e Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. O licitante deve apresentar o Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios sociais. Caso a empresa tenha sido constituída num prazo inferior a este período, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. Todos os documentos apresentados devem estar assinados por contabilista responsável com registro ativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

15.2. As certidões poderão ser emitidas pelo Agente de Contratação no momento da verificação da regularidade da empresa que ofertou a proposta mais vantajosa, podendo ainda solicitar documentação complementar, via e-mail e com prazo de resposta.

15.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

15.4. As declarações exigidas poderão ser apresentadas através de declaração única (Anexo V - Modelo de Declarações).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

16.1. A presente contratação irá onerar os Cofres Públicos na seguinte classificação:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.02 - Secretaria da Câmara

01.031.0001.2.069 - Manutenção da Secretaria

Administrativa 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TI E

COMUNICAÇÃO PJ

17. INSTRUMENTO CONTRATUAL:

17.1 Por se tratar de compra que resulta em obrigação futura, o instrumento contratual é obrigatório, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 64.885,44** (sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

19. PROVA DE CONCEITO

19.1. Não será aceita proposta da licitante que tiver sua Prova de Conceito reprovada, ou que não a realizar no prazo estabelecido.

19.2. Prova de Conceito destina-se a permitir que a Câmara Municipal de Olímpia se certifique sobre a efetiva adequação entre o objeto oferecido pelo licitante em sua proposta e as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Trata-se, portanto, usualmente, de análise de amostra realizada nas licitações para contratação de soluções de tecnologia da informação.

19.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar no certame deverá comprovar, por meio de Prova de Conceito (POC), que atende aos requisitos constantes no Anexo VII - Prova de Conceito, sob pena de desclassificação.

19.4. A Prova de Conceito deverá ser iniciada em no máximo 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da convocação para sua realização, em data agendada entre as partes.

19.5. Participarão da Prova de Conceito: representantes da licitante classificada e a equipe técnica da Câmara Municipal de Olímpia. Também poderão participar quaisquer interessados, na condição de ouvintes.

19.6. A Prova de Conceito poderá ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Olímpia ou de forma remota, utilizando-se aplicativo de videoconferência e que não gere custos extras ao órgão público.

19.7. O hardware e o software básico (servidor de banco de dados, servidor de aplicação etc.) utilizados serão os da LICITANTE, a fim de que a solução seja avaliada em ambiente o mais próximo possível do real, possibilitando, assim, a verificação dos requisitos tecnológicos. Também, todos os demais componentes de



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

hardware e software da solução necessários para a realização da Prova de Conceito são de inteira responsabilidade da LICITANTE melhor colocada. Todos os custos relativos à Prova de Conceito ficarão a cargo da LICITANTE, a qual não terá direito a qualquer indenização, inclusive no caso de ser reprovada.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação na respectiva notificação.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.4. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, 09 de junho
de 2026.

RICARDO HENRIQUE DE ARRUDA
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO I-A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo fundamentar a contratação do serviço de licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, o backup na nuvem, o treinamento dos usuários e a compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas, atendendo ao disposto na Lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Olímpia desempenha funções essenciais relacionadas à organização, tramitação e publicidade das atividades legislativas, sendo responsável pelo processamento das proposições legislativas, acompanhamento do processo legislativo, bem como pela compilação e disponibilização da legislação municipal para consulta pública.

Diante dessas atribuições, verifica-se a necessidade de contratação de solução tecnológica especializada destinada à gestão do processo legislativo eletrônico e à compilação da legislação municipal, de modo a possibilitar maior eficiência, organização e transparência no desempenho das atividades institucionais.

A Câmara Municipal de Olímpia já dispõe de um banco de dados digital contendo registros legislativos acumulados ao longo dos anos, motivo pelo qual se torna indispensável a utilização de sistema informatizado capaz de suportar tais informações, possibilitando sua adequada organização, armazenamento, consulta e atualização.

A implementação de sistema informatizado voltado à gestão legislativa proporciona relevantes benefícios à Administração Pública, dentre os quais se destacam: organização dos fluxos de trabalho, maior controle e rastreabilidade dos processos legislativos, aumento da produtividade dos servidores, maior segurança da informação e facilidade na localização e consulta de documentos e registros legislativos.

Para que tais benefícios sejam plenamente alcançados, faz-se necessária a manutenção dos registros eletrônicos já existentes, garantindo a preservação do acervo legislativo digital da Câmara Municipal de Olímpia, bem como a implementação de funcionalidades compatíveis com as rotinas de trabalho da Secretaria Legislativa, mediante o emprego de tecnologias atualizadas, seguras e eficientes.

Ressalta-se, ainda, que todos os dados inseridos e gerados no sistema constituem patrimônio informacional da Câmara Municipal de Olímpia, devendo ser assegurada a plena propriedade e acesso a esses registros,



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

mesmo após eventual término da vigência contratual com a empresa contratada.

Ademais, a ausência da contratação comprometeria diretamente o funcionamento das atividades da Secretaria Legislativa, ocasionando prejuízos à organização do processo legislativo, à gestão documental e à publicidade das informações institucionais, afetando, conseqüentemente, a regularidade e continuidade dos serviços públicos prestados por esta Casa Legislativa.

A contratação da licença de uso com suporte técnico garante a continuidade da operação do sistema e a resolução de eventuais falhas durante sua utilização. As atualizações de versão são necessárias para assegurar a adequação tecnológica da plataforma e realização de possíveis melhorias em atendimento a alterações normativas e operacionais. As customizações visam adequar a solução às rotinas específicas da Câmara Municipal, respeitando sua estrutura administrativa, fluxo documental e procedimentos internos. O backup em nuvem é indispensável para garantir a recuperação de informações institucionais em caso de falhas operacionais ou perda de dados.

A implantação da solução é fundamental para configuração inicial do ambiente, e disponibilização do sistema em condições adequadas de uso, ao passo que a conversão de dados visa preservar o histórico documental existente, evitando perda de informações produzidas pela Câmara Municipal ao longo dos anos. O treinamento dos usuários é indispensável para promover a correta utilização da ferramenta e assegurar o aproveitamento integral dos recursos disponibilizados pelo sistema.

A conversão da base de dados legislativa existente, assim como a conversão de dados, é necessária para preservar o patrimônio informacional da Câmara Municipal.

A indexação dos processos permite pesquisas rápidas e precisas no acervo documental, sendo possível a busca de informações por diferentes critérios de pesquisa, reduzindo o tempo gasto na localização de informações e aumentando a eficiência das atividades administrativas e legislativas.

A compilação da legislação municipal proporciona acesso a textos legais atualizados, íntegros e organizados, de forma a consolidar as alterações promovidas pelas normas posteriores. A disponibilização das normas em sistema de consulta web amplia a transparência administrativa, facilita o acesso da população, vereadores, servidores e órgãos de controle à legislação vigente e contribui para o princípio constitucional da publicidade.

Por fim, conclui-se que, nos termos dos princípios da eficiência, da publicidade, do interesse público e da continuidade do serviço público, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, bem como em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, resta plenamente caracterizada a necessidade da contratação pretendida.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei nº 14.133, de 2021, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade adequada.

Os serviços são de natureza continuada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela Câmara Municipal de Olímpia. Trata-se, portanto, de atividade que deve ser prestada de maneira contínua, estendendo-se, assim, por mais de um exercício financeiro, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade.

A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de habilitação, as licitantes deverão comprovar os requisitos necessários, conforme preceitua a legislação aplicável, de forma a comprovar que têm a capacidade de assumir obrigações e de executar os serviços.

A Prova de Conceito busca verificar se a solução apresentada pela licitante atende às exigências do ato convocatório, no que se refere às suas características, qualidade, funcionalidade, desempenho, níveis de serviços entre outros. Permite que a Administração confirme a efetiva adequação da proposta da licitante ao objeto exigido no processo licitatório, mostrando-se a mais adequada para a presente licitação. Por isso, entende-se que a Administração deve solicitar a realização de uma Prova de Conceito para a verificação efetiva do atendimento da proposta da licitante às exigências do edital.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E DE SOLUÇÕES

O levantamento de mercado para a presente contratação foi realizado em conformidade com o disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o disposto no art. 5º, da Resolução nº 218/2023, considerando a natureza do objeto, o que conduz a análise para a compatibilidade do preço com o praticado em contratações similares e com o valor agregado pela solução proposta.

Nesse contexto, foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Portal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP e sítios oficiais de outras Câmaras Municipais que constataram que a prática mais comum encontrada é a contratação de empresa especializada por meio de fornecimento de licença de uso de software de informática. Após a avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar é viável, promove a competição, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Deve ficar registrado que a solução se trata da locação de um software comumente utilizado por Câmaras e Prefeituras Municipais, sendo assim, facilmente comercializado por inúmeras empresas privadas.

Quanto ao levantamento de soluções possíveis para a execução do objeto, seria inviável a elaboração de um sistema próprio, em razão da inexistência de equipe técnica especializada e do alto custo dispensado no desenvolvimento e manutenção do produto. No tocante à utilização de ferramentas genéricas, não atenderia integralmente as rotinas legislativas, tampouco a compilação das normas. Nesse sentido, a contratação de software especializado em processo legislativo e compilação de leis, apresenta melhor adequação técnica, mantém a segurança das informações com suporte técnico especializado, atualização contínua e atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Olímpia.

5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado, de acordo com a Pesquisa de Preço, é de R\$ 64.885,44 (sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), com base em contratações publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Portal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP em sítios oficiais de outras Câmaras e Prefeituras Municipais nos últimos 12 meses. Os valores estão divididos em dois grupos, visto que o padrão usualmente encontrado no PNCP é a contratação individualizada de sistema e de compilação:

- Item 1: Licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, o backup na nuvem e o treinamento dos usuários.
- Item 2: Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas.

Para se obter o valor estimado preliminar, adotou-se como parâmetro a Resolução Nº 218/2023: Contratações similares feitas pela Administração Pública, conforme Art. 5º, II e Pesquisa no Portal do TCE – SP, conforme Art. 5º, IV, com fundamento no Art. 187 da Lei Federal nº 14.133/21 e com adoção da média para cálculo final da estimativa.

De acordo com o Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU:



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

Licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, o backup na nuvem e o treinamento dos usuários. Unidade: mês – Quantidade: 12 (meses).

Contratações Similares	CNPJ	Valor Mensal	Valor Anual
Câmara Municipal de Palmas/TO	26.753.509/0001-07	R\$ 3.327,92	R\$ 39.935,04
Câmara Municipal de Barretos/SP	64.925.829/0001-88	R\$ 9.862,88	R\$ 118.354,56
Câmara Municipal de Vespasiano Correa/RS	31.415.918/0001-25	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
Câmara Municipal de Conchas/SP	01.630.769/0001-56	R\$ 1.833,00	R\$ 21.996,00
Câmara Municipal de Simões Filho/BA	13.612.270/0001-03	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
Câmara Municipal de Ubaitaba/BA	16.429.243/0001-80	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
Câmara Municipal de Irará/BA	13.226.238/0001-81	R\$ 3.700,00	R\$ 44.400,00
Câmara Municipal de Guanhães/MG	01.710.897/0001-00	R\$ 6.166,70	R\$ 74.000,40
TCESP - Câmara Municipal de Bebedouro/SP	49.159.668/0001-75	R\$ 5.914,24	R\$ 70.970,88
Valor Média Mensal			R\$ 4.517,19
Valor Média Anual			R\$ 54.206,28

Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas. Unidade: mês – Quantidade: 12 (doze).

Contratações Similares	CNPJ	Valor Mensal	Valor Anual
Câmara Municipal de Francisco Morato/SP	50.528.983/0001-01	R\$ 1.131,12	R\$ 13.573,44



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

Câmara Municipal de Barretos/SP	64.925.829/0001-88	R\$ 1.862,99	R\$ 22.355,88
Câmara Municipal da Estância de Ibirá/SP	51.840.593/0001-35	R\$ 445,00	R\$ 5.340,00
Prefeitura Municipal de Andirá/PR	76.235.761/0001-94	R\$ 809,00	R\$ 9.708,00
Câmara Municipal de Itajaí/SC	83.500.603/0001-80	R\$ 1.466,66	R\$ 17.599,92
Câmara Municipal de Batatais/SP	60.257.169/0001-53	R\$ 395,00	R\$ 4.740,00
Câmara Municipal de André da Rocha/RS	90.483.066/0001-72	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
Prefeitura Municipal de Dona Francisca/RS	87.488.938/0001-80	R\$ 295,00	R\$ 3.540,00
Prefeitura Municipal de Iguaçu/PR	75.772.525/0001-44	R\$ 1.280,00	R\$ 15.360,00
Prefeitura Municipal de Dois Irmãos/RS	88.254.891/0001-53	R\$ 391,66	R\$ 4.699,92
TCESP - Câmara Municipal de Guarujá/SP	48.703.045/0001-59	R\$ 1.021,62	R\$ 12.259,44
TCESP - Câmara Municipal de Itararé/SP	50.788.975/0001-02	R\$ 1.060,68	R\$ 12.728,16
TCESP - Câmara Municipal de Nazaré Paulista/SP	59.023.150/0001-63	R\$ 917,86	R\$ 11.014,32
TCESP - Câmara Municipal de Campos do Jordão/SP	51.623.908/0001-92	R\$ 1.059,12	R\$ 12.709,44
TCESP - Câmara Municipal de Tanabi/SP	51.853.687/0001-49	R\$ 772,54	R\$ 9.270,48
TCESP - Câmara Municipal de Flórida Paulista/SP	67.661.959/0001-49	R\$ 937,68	R\$ 11.252,16
TCESP - Câmara Municipal de Pinhalzinho/SP	01.676.018/0001-70	R\$ 932,84	R\$ 11.194,08
Valor Média Mensal			R\$ 889,93
Valor Média Anual			R\$



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

	10.679,16
--	-----------

Média Total Mensal	R\$ 5.407,12
Média Global	R\$ 64.885,44

6. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de uma contratação que requer a integração de dados por meio de softwares. O parcelamento em módulos a serem contratados poderá comprometer o funcionamento, integração e confiabilidade das informações no sistema. A falta de integração dos softwares gera problemas como a falta de atualizações instantâneas de informações, procedimentos adicionais e retrabalho no lançamento dos mesmos dados em sistemas diferentes, necessitando de mais mão de obra para sua realização. Dessa forma, é imprescindível que a solução a ser contratada seja disponibilizada por uma única empresa/software que possibilite a integração de informações que guardem correlação, como por exemplo: lançamento da ordem do dia, resultado das atas de sessões, informações sobre tramitação das proposições, aprovação de projetos de leis, de decretos, de resoluções entre outras matérias constantes do processo legislativo e demais atos administrativos.

Assim sendo, salienta-se que todos esses serviços estão correlacionados e dependem de informações compartilhadas. Por esses motivos, justifica-se a contratação de uma única empresa para fornecimento de uma solução integrada, considerando as demandas atuais do Legislativo. Diante disso, opta-se, portanto, pelo não parcelamento do objeto em lotes distintos, priorizando a solução integrada para garantir eficiência e compatibilidade operacional, redução de riscos de falhas na sincronização de dados, responsabilidade única pela manutenção, suporte técnico da solução e melhor custo-benefício global.

7. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS NA CONTRATAÇÃO

Integração dos Sistemas e Modernização das Ferramentas de Trabalho: maior eficiência operacional, gestão mais ágil e eficaz dos processos legislativos, aumento da produtividade e qualidade nas atividades da Câmara Municipal de Olímpia e redução de custos operacionais.

Transparência e Segurança: melhoria na acessibilidade e divulgação das informações legislativas, reforço na segurança dos dados, protegendo informações sensíveis e o fortalecimento da confiança da população na atuação da Câmara Municipal de Olímpia.

Funcionamento das Atividades Legislativas: garantia do funcionamento contínuo e eficiente das atividades



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

legislativas, ambiente de trabalho mais dinâmico e colaborativo para vereadores e servidores, suporte na execução de funções e promoção de políticas públicas e serviços de qualidade para a comunidade.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item	Descrição do Obejto	Suporte e Manutenção	Quantidade
1	Licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, backup em nuvem e treinamento dos usuários.	12 meses	1 unidade
2	Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas.	12 meses	1 unidade

9. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)

A contratação está alinhada às ações de manutenção das atividades legislativas, administrativas e à transparência institucional previstas no planejamento estratégico da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.02 - Secretaria da Câmara

01.031.001.2.003 - Manutenção da Secretaria Administrativa

3.3.90.40.00 - SERVIÇO DE TI E COMUNICAÇÃO PJ

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se obter com a contratação: maior eficiência na tramitação legislativa, redução de procedimentos manuais, melhoria da organização normativa, ampliação da transparência pública, facilidade de acesso à legislação municipal, segurança e integridade das informações e melhoria da gestão documental.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Pode haver a necessidade de a atual contratada promover a transição contratual com a transferência de dados, tecnologia e técnicas empregadas. Neste caso, o Termo de Referência especificará as etapas sugeridas para a transição dos dados. Também deverá ser fornecida pela atual contratada o acesso integral e sem restrições do banco de dados do sistema vigente.

As condições para a migração total dos dados constarão no Termo de Referência.

A Câmara designará servidores responsáveis pelo acompanhamento da implantação e pela fiscalização do contrato, e, se for o caso, providenciar capacitação dos servidores. Disponibilizará, ainda, infraestrutura mínima de acesso à internet e equipamentos.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A utilização do sistema eletrônico contribuirá para a redução do uso de papel, impressão de documentos físicos e armazenamento material de processos legislativos.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da necessidade administrativa identificada e das soluções disponíveis do mercado, conclui-se pela viabilidade da contratação de software especializado em processo legislativo e compilação de leis, mediante pregão eletrônico, considerando os benefícios operacionais, administrativos e de transparência institucional proporcionados pela solução.

14. SETOR DEMANDANTE

O setor demandante é a Secretaria Legislativa da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia.

Olímpia, 19 de maio de 2026

RICARDO HENRIQUE DE ARRUDA
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO
POR TEMPO DETERMINADO DE UM SISTEMA
DE GESTÃO DE PROCESSOS E COMPILAÇÃO
DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PARA A
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE OLÍMPIA, ENTRE A CÂMARA
MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
OLÍMPIA E A EMPRESA
....., NA FORMA QUE
MENCIONA:**

Aos do ano de 2025, a **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE OLÍMPIA**, inscrita no CNPJ sob o Nº. 51.359.818/0001-36, situada na Avenida Aurora
Forti Neves, nº 867, Olímpia/SP, CEP 15400-057, neste ato, representada por seu Presidente



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

Senhor **FLAVIO AUGUSTO OLMOS**, brasileiro, portador do RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, com endereço profissional à Avenida Aurora Forti Neves, nº 867, Olímpia/SP, CEP 15400-057, doravante denominado apenas **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2026, homologado pela Autoridade Competente, realizado nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021, do art. 34 da Resolução nº 217/2023 da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia e demais disposições correlatas, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de cessão de direito de uso por tempo determinado de um sistema de gestão de processos e compilação da legislação municipal para a Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, conforme especificações e quantitativos constantes no item 2.4 da cláusula segunda e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Contrato Administrativo vincula-se ao Termo de Referência, demais documentos técnicos e à proposta da contratada, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, QUANTIDADES E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor global do presente Contrato é de (R\$ _____), referente a contratação dos serviços.

2.2. A CONTRATANTE não está obrigada a realizar o pagamento da totalidade do valor global, obrigando-se tão somente ao pagamento pelo serviço efetivamente prestado de acordo com a necessidade.

2.3. Os quantitativos de cada parcela e datas poderão ser unilateralmente alterados pela administração, respeitado o quantitativo contratual e desde que informado a tempo e modo para que contratada programe os fornecimentos.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

2.4. Os serviços contratados são:

Item	Descrição	Estimativa de preço mensal	Estimativa de preço anual
1	Licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, backup em nuvem e treinamento dos usuários	R\$ xx	R\$ xx
2	Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas	R\$ xx	R\$ xx
Preço Total		R\$ xx	

2.5. Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos consignados no:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.02 - Secretaria da Câmara

01.031.0001.2.069 – Manutenção da Secretaria Administrativa

3.3.90.40.00 – SERVICOS DE TI E COMUNICAÇÃO PJ

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, sendo prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ter início após a emissão de Ordem de Serviços, sendo que a realização dos serviços deverá ser finalizada em até 30 dias.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

4.2. Eventuais pedidos de prorrogação do prazo de execução deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo, para serem submetidos à apreciação do Gestor e Fiscal do Contrato e, se for o caso, do Presidente da Câmara, sob pena de anulação do empenho e aplicação de sanções, caso vencido o prazo sem manifestação da contratada.

4.3. Corre por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

4.4. A CONTRATADA deverá cumprir com todas as obrigações e com todos os serviços especificados no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor devido até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura contendo o serviço efetivamente prestado, devendo a mesma, ser atestada pelo Gestor de Contratos.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação.

5.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

contratante;

5.6. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índices oficiais apropriados à espécie.

5.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

5.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

6.1. Quanto ao problema de qualidade dos serviços prestados, a empresa será notificada pela Câmara para solucionar o problema no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o §1º do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

7.1. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do Fiscal de Contratos, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas, na forma prevista no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 6º do Ato da Presidência nº 26/2023, da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia.

7.1.1. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da CONTRATANTE.

7.1.2. A ausência de comunicação, por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do Gestor de Contratos e do Fiscal de Execução;
- b) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, para que sejam reparados ou corrigidos;
- d) Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- e) Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- f) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;
- h) Exercer a gestão do contrato por intermédio de Gestor designado, na forma do §3º art. 8º



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

da Lei Federal 14133/2021 e art. 5º do Ato da Presidência nº 26/2023 da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia;

i) Exercer a fiscalização do contrato por intermédio do Fiscal designado, na forma prevista na cláusula terceira.

j) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;

k) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato;

l) Observar as obrigações resultantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 217/2023 da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia;

m) Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a consecução dos fins do objeto contratual;

n) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

o) Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante;

p) Verificar a regularidade da Contratada referente ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

q) Verificar, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a regularidade fiscal do contratado, através de consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), além de emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

r) A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- c) Assinar o termo de contrato, no prazo consignado na notificação;
- d) Assumir as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o contrato com exceção da publicação de seu extrato e dos Termos Aditivos pertinentes no Diário Oficial do Município, cuja publicação será providenciada pela Contratante;
- e) Atender sempre que possível às exigências da Contratante inerentes ao objeto contratado;
- f) Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados;
- g) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação dos serviços;
- i) Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado pelo responsável, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela Contratante;
- j) Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do presente contrato;
- k) Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas da Contratante, sob a pena de se constituir em inadimplência contratual;
- l) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- m) Manter atualizados os dados da empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail dentre outros;
- n) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;

- o) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- p) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo às reclamações formuladas, bem como permitir ampla e irrestrita fiscalização inerente ao objeto contratado;
- q) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante, mantendo os seus empregados devidamente identificados, devendo ainda, substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da administração da Contratante;
- r) Responder civil e penalmente por quaisquer danos ocasionados à Contratante e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da Contratada ou de quem em seu nome agir;
- s) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros, a seus empregados ou a Contratante, por acidentes ou qualquer outro fator. Respondendo por todos os prejuízos daí decorrentes, não podendo à Contratante, em hipótese alguma, ser atribuída qualquer responsabilidade, mesmo que solidária;
- t) Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da Contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina por ela instituídos, mantendo seus empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá;
- u) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Autoridade Competente, as avarias ou defeitos.
- v) Executar os serviços previstos no Termo De Referência, quais sejam:
 - I - Fornecimento dos sistemas;
 - II - Fornecimento dos equipamentos em caráter de comodato;
 - III - Implantação de toda a solução ofertada;
 - IV - Testes preliminares;
 - V - Treinamento operacional para os colaboradores da Casa;
 - VI - Treinamento parlamentar para os atuais Vereadores da Casa;
 - VII - Acompanhamento da primeira sessão in loco;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

VIII - Suporte técnico permanente durante a vigência contratual;

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento, nos termos do artigo 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou de reajuste feitos pelo contratado serão respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

b) **Multas:**

b.1) pelo descumprimento total da obrigação, multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

b.2) pelo atraso injustificado e/ou existência de irregularidades para entrega do objeto, multa de:

i) 0,5% (meio por cento) ao dia, até 15 (quinze) dias corridos;

ii) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do item “i”;

iii) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, com aplicação das correspondentes sanções.

b.3) pelo descumprimento parcial da obrigação, multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de rescisão contratual por



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

culpa da CONTRATADA.

c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do inciso III c/c §4º, do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do inciso IV c/c §5º, do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

12.3. As sanções previstas nas alíneas “a)”, “c)” e “d)” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea “b)”, nos termos do § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, por meio de depósito na conta bancária da CONTRATANTE, nº. 71002-5, Banco Caixa Econômica Federal, Agência nº. 0324. Operação nº. 006, em favor da Câmara Municipal de Olímpia, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

12.5. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, até o máximo de 30 (trinta) dias corridos após a data da notificação, findo o qual será realizada a cobrança judicial do débito.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A sanção estabelecida na alínea “d)” é de competência exclusiva da autoridade máxima da Câmara Municipal de Olímpia/SP, nos termos do art. 156, §6º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

13.1. O descumprimento de qualquer cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas cláusulas e condições, dará direito a CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

13.2. Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou dissolução da CONTRATADA;
- b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- d) cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) no interesse do CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos serviços prestados até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A publicação do presente Contrato será providenciada:

- a) no Diário Oficial, por extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas às expensas da CONTRATANTE.
- b) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em 10 (dez) dias úteis, conforme art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

15.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

15.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

15.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

15.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Resolução nº 217/2023 da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Olímpia/SP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Olímpia/SP, 19 de maio de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA CONTRATADA



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): Nº xx/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO POR TEMPO DETERMINADO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS E COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCEP – CadTCEP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

OLÍMPIA/SP, xx DE xx DE 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE E RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE

Nome: FLAVIO AUGUSTO OLMOS

CARGO: PRESIDENTE

CPF: XXXXXXXXXX

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: FLAVIO AUGUSTO OLMOS

CARGO: PRESIDENTE



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

CPF: XXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pela contratada:

NOME:.....

CARGO: REPRESENTANTE

CPF:

ASSINATURA: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: MAIRA CÔNSOLI PERES

Cargo: ANALISTA LEGISLATIVO

CPF: XXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

FISCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Nome: RICARDO HENRIQUE DE ARRUDA

Cargo: DIRETOR LEGISLATIVO

CPF: XXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP

CNPJ Nº: 51.359.818/0001-36

CONTRATADO:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº: XXX/2026

DATA DA ASSINATURA: XX/XX/2026

VIGÊNCIA: (.....) MESES

OBJETO: Contratação De Empresa Especializada Em Prestação De Serviço De Cessão De Direito De Uso Por Tempo Determinado De Um Sistema De Gestão De Processos E Compilação Da Legislação Municipal para a Câmara Municipal Da Estância Turística De Olímpia

VALOR: R\$

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa
_____(denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico em epígrafe, da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP, DECLARO, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Local, _____de _____de 2026.

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÕES - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa
_____(denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico em epígrafe, da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP, **DECLARA, sob as penas da lei:**

- a) a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;
- b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e artigo 63, inciso IV da Lei 14.133/2021;
- e) que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da autorização de fornecimento serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;
- f) que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- g) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, em especial os descritivos dos itens;
- h) que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- i) que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

- j) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;
- k) que atende às regras e normas ABNT, na legislação específica;

(Local)....., de de 2026.

Assinatura do Representante

RG:

CPF:

Email:

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa _____, com sede na Rua _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu(a) representante _____, portador(a) da cédula de identidade R.G n° _____, inscrito(a) no CPF n° _____, e-mail _____, telefone de contato ___, vem apresentar a seguinte **PROPOSTA COMERCIAL**:

Item	Descrição	Unid	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Licença de uso por tempo determinado de um Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, incluindo-se a implantação, a conversão de dados, a customização do sistema, o suporte, as atualizações de versão, backup em nuvem e treinamento dos usuários	Mês	12	R\$ xx	R\$ xx
2	Compilação da Legislação Municipal, disponibilização em um Sistema de Consulta WEB e atualização das novas normas publicadas	Mês	12	R\$ xx	R\$ xx
VALOR GLOBAL					R\$ xx

OBSERVAÇÕES: A proposta comercial apresentada pela empresa licitante somente terá validade se preenchidos os seguintes requisitos:

- 1) validade da proposta: 90 dias;
- 2) estar a proposta de acordo com as exigências pretendidas pelo órgão licitante quanto ao objeto a ser adquirido e;
- 3) conter expressamente o prazo de garantia do objeto.
- 4) conter assinatura ou carimbo do representante da empresa.

Olímpia, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) Representante

CARIMBO



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

ANEXO VII

PROVA DE CONCEITO

1. DA JUSTIFICATIVA

A prova de conceito é necessária para que se analise previamente se a plataforma em questão atenderá minimamente às necessidades da Administração. A avaliação detalhada permitirá a verificação e comprovação prática das funcionalidades e características do sistema proposto pela licitante convocada para demonstração e sua real compatibilidade com os requisitos especificados

2. DA RESPONSABILIDADE DA ANÁLISE

A responsabilidade pela avaliação do sistema será da secretaria administrativa, em equipe formada pelos servidores Ricardo Henrique de Arruda, Carolina da Silva La Bichareli e Maira Cônsoli Peres. Essa análise se desenvolverá seguindo os critérios e às especificações do Termo de Referência. Para o desenvolvimento da análise e formação de sua convicção acerca do atendimento aos requisitos técnicos, a equipe terá liberdade para alterar a ordem das exigências bem como para requerer a repetição de movimentos, lançamentos e explicações sobre o sistema da empresa.

3. DO TESTE DE FUNCIONALIDADES

O instrumento de validação do sistema sob análise será o teste de funcionalidades. Os itens do teste foram selecionados do Termo de Referência, sendo os de critérios imprescindíveis, devendo a solução, atender a cada item quanto as especificações mínimas funcionalidade e performance. Para a demonstração, o responsável técnico credenciado movimentará o sistema conforme solicitação da equipe técnica.

– SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSO ELETRÔNICO		SIM	NÃO
5.6.5	As transações devem ficar registradas permanentemente (LOG) com a ação efetuada, módulo acessado, descrição do documento, indicação do usuário, data, hora exata, dispositivo, navegador e endereço IP. O sistema deverá exibir como era a informação antes da alteração e como ficou depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior;		
5.10.5	Cadastro do Vereador: registro de dados pertinentes aos vereadores, contendo os seguintes campos: nome oficial, apelido (nome parlamentar), partido, votação, nome dos assessores, legislaturas, matérias de sua autoria, cargo(s) /função (ões) ocupados nas comissões internas da Câmara e na Mesa Diretora, currículo (trajetória política), telefones, profissão, local de trabalho, e-mail, site, data de nascimento, grau de instrução e formação, estado civil, nº da cédula de identidade (RG), nº de inscrição no CPF/MF;		



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.11.2	Campos disponíveis: número, assunto, data, autoria, tema, quórum, regime de tramitação e observações;		
5.11.5	Permitir alterar a situação dos documentos em lote alterando diversos documentos de uma só vez		
5.11.6	Permitir a geração de ofícios em lote automaticamente para encaminhamento de proposições lidas e aprovadas na sessão para os destinatários externos à Contratante, todos os dados devem ser importados do sistema e gerado automaticamente através de um documento pré-definido		
5.13.1	Permitir ao usuário do sistema configurar a partir do tipo de documento da Sessão, tipo de proposição ou correspondência, sua situação e o trâmite, informando o envio da matéria para a Sessão e também gerar automaticamente os documentos que compõem a Pauta (Ordem do dia e Expediente), também permitir a alteração em tempo de execução da Sessão		
5.13.6	Ata deve gerar o texto de forma corrida e automática, buscando todos os documentos e resultados das votações e deverá oferecer a possibilidade de modificação do layout da ata para o usuário escolher como essas informações colhidas no sistema deverão ser apresentadas;		
5.14.3	Permitir votação em lote de documentos na mesma sessão, ou seja, colocando o mesmo resultado para vários documentos ao mesmo tempo;		
5.14.4	Sistema deverá fornecer interface de integração com o Painel Eletrônico de Votação, através da geração e processamento de arquivos no formato adequado.		
5.15.3	O sistema deverá permitir a criação e utilização de templates (modelos) para o preenchimento automático de documentos, matérias, proposições ou documentos administrativos. Ao iniciar um novo registro, o usuário poderá o assunto e, com base nisso, o sistema deverá preencher automaticamente os campos da tela e arquivos de texto conforme um modelo previamente configurado. Cada template poderá conter valores padronizados e definidos pelo usuário para cada campo, agilizando o processo de criação e garantindo a padronização das informações		
5.16.1	Permitir a protocolização de todos os documentos e permitir que o usuário tenha acesso aos detalhes do trâmite da matéria protocolada;		
5.16.5	Permitir o recebimento dos documentos pela secretaria e análise de seu teor antes do protocolo		



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.17.2	Controlar o prazo dos trâmites, informando a data de envio, prazo de permanência e saída do documento. O cálculo da Data Prazo deverá ocorrer de forma automática, informando apenas a quantidade de dias e serão úteis ou corridos. Caso sejam úteis, o sistema deverá pular finais de semana, feriados, pontos facultativos e recessos;		
5.17.4	Permitir o trâmite de um documento a vários destinatários, gerando automaticamente o trâmite para os destinatários selecionados		
5.17.6	Permitir trâmite de documentos em separado ou em conjunto com o documento principal do processo ao qual está vinculado. Exemplo: a Emenda ao Projeto de Lei poderá ter o trâmite dela ou fazer parte do trâmite do projeto		
5.17.7	Permitir o direcionamento de trâmites das matérias a partir das regras predefinidas onde estarão vinculados ao destinatário do envio e aos possíveis resultados. Exemplo: se um documento for encaminhado para uma comissão com o objetivo de exarar parecer, só poderá constar no resultado se o mesmo é favorável ou contrário e para qual destinatário poderá ser encaminhado a seguir;		
5.17.8	Segurança na tramitação: somente o destinatário do trâmite, poderá dar o despacho ao trâmite e encaminhar para um novo usuário;		
5.17.9	Consulta de documentos sigilosos diferenciada, onde o usuário terá acesso somente aos documentos que sejam de sua autoria ou que tramitaram por ele		
5.17.10	Layout de telas semelhante a um e-mail, onde o usuário visualiza os documentos encaminhados a ele em sua Caixa de Entrada e os enviados por ele nos Itens Enviados		
5.18.1	Permitir pesquisa e impressão por tipo de documento, número, palavras (ementa e texto), período de datas, autor, processo, situação, podendo combinar mais de um campo também. Oferecer consulta por palavras baseadas em “expressão”, com ou sem caracteres especiais (“ç”, “~”, apóstrofos e outros), parte da palavra, plural e singular.		
5.18.2	Gestão de prazos de documentos em trâmite que possibilite ao usuário saber quais são os prazos vencidos e os a vencer, utilizando como filtro os campos: tipo de documento, período de vencimento e destino de tramite.		
5.18.7	Visualização de todo o histórico de trâmite de processo, em uma só página, inclusive suas emendas, pareceres, autógrafo, protocolo, lei e outros cadastros relacionados.		



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.18.13	As pesquisas deverão ser por todos os campos que são apresentados no formulário, podendo informar 01(um) ou mais campos, por valor ou por faixa, consulta com exatidão, no início ou qualquer parte do valor informado, seleção de registros não coincidentes com os valores pesquisados e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na listagem;		
5.19.2	Deve conter suporte à Assinatura Digital em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Gerar assinatura eletrônica para documentos do formato pdf utilizando a certificação digital tipo A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL no momento em que o usuário achar oportuno, eliminando, desta forma, a impressão dos mesmos em papel.		
5.19.3	Possibilitar a emissão de Certificados Digitais do tipo A1, fora da hierarquia e da raiz certificadora da ICP-BRASIL, destinados aos funcionários internos, que possibilite o uso de assinatura digital em documentos internos.		
5.19.4	Possibilidade de gerar automaticamente um único arquivo PDF com todos os arquivos textos de um processo, montando-o em ordem cronológica de data de inclusão no sistema. Exemplo: primeiro o Projeto de Lei, depois os pareceres, emendas, autógrafo, ofício e Lei. O sistema deverá gerar um relatório para cada trâmite que houver em formato pdf assinado digitalmente e inseri-lo junto no processo também obedecendo a ordem cronológica.		
5.19.6	Gerar código de barra bidimensional (QR Code) para os documentos certificados		
5.19.7	Gerar os textos para edição a partir do editor HTML de forma integrada, sem downloads ou uploads para edição;		
5.19.8	Fornecer suporte a digitalização de documentos em formato PDF;		
5.19.9	O sistema deverá realizar a indexação dos arquivos para consulta textual.		
5.19.13	O sistema deverá possibilitar a conversão de arquivos docx/doc para pdf ou html;		
5.20.2	Permitir o cadastramento das caixas de documentos, contendo, pelo menos, os seguintes campos: a) número de caixa; b) data de arquivamento; c) localização (corredor, armário, prateleira, etc); e, d) conteúdo (assunto).		



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

5.20.4	Opção para adicionar documentos em lote nas caixas, ou seja, o usuário poderá consultar por período ou tipo de documento e adicionar o resultado da pesquisa na caixa, independentemente da quantidade de documentos encontrados;		
5.20.7.1	Classificada no modelo funcional, conforme orientações do Arquivo Público do Estado de São Paulo;		
5.20.7.2.	Os Tipos de Documentos deverão conter o prazo de guarda e destinação, sendo que a temporalidade do arquivo corrente deverá possibilitar a indicação de término da vigência por parte do usuário, quando esta não for especificada em anos;		
5.20.7.3.	O sistema deverá informar, através de relatório, quais os documentos que devem ser descartados baseado na data de arquivamento e prazo de guarda;		
5.21.1	Disponibilizar as proposituras e todo o seu processo (trâmites, pareceres, votações, emendas, autógrafos, etc.) para consulta pelo site da CÂMARA		
5.21.2	Disponibilizar a Legislação Municipal e suas alterações;		
5.21.3	Disponibilizar as Sessões realizadas, com hiperlink para o seu conteúdo		
5.21.4	Disponibilizar consulta por número, ano, data, bem como por intervalo de números, ano e data (período), assunto (ementa e texto), autor, processo, tipo de documento (ou múltiplos tipos), protocolo e tema.		
- COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL		SIM	NÃO
8.4.3	Pesquisa Avançada: através de todos os campos de cadastro, por intervalo de números e de datas, por palavras contidas no texto da norma, ou mesmo parte de palavras, com a aplicação dos conectores “e” / “ou”, com ou sem caracteres especiais (“ç”, “~” e acentos) e por campos de cadastro combinados.		
8.4.4	a pesquisa por palavras deverá destacar a palavra encontrada na visualização do texto da norma		
8.4.8	Possibilidade de compartilhar os textos das normas através de E-mail e, pelo menos, nas seguintes redes sociais: <i>Facebook, Instagram, Skype, Twitter e Whatsapp</i>		
8.4.11	a(s) alteração(ões) inserida(s) no texto da norma por outra norma posterior deverá(ão) corresponder a uma versão em <i>html</i> da norma alterada, de forma que seja possível o versionamento da norma e a consulta do texto vigente em uma data específica;		



Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia

8.4.12	Utilização de pesquisa facetada para aprimorar os resultados de pesquisas feitas no acervo legislativo municipal, permitindo a exibição de filtros do lado esquerdo da tela de consulta, para que o usuário possa optar pelos parâmetros que melhor lhe convierem para filtrar resultados.		
--------	---	--	--